



Práticas Pedagógicas Inclusivas e Atendimento Educacional Especializado: o que diz a Literatura?

Inclusive Pedagogical Practices and Specialized Educational Assistance: What does the Literature say?

Prácticas Pedagógicas Inclusivas y Atendimento Educacional Especializado: ¿qué dice la Literatura?

Danielle de Souza Baiano¹

danielle.sz.bn@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0003-0818-4772>

Andressa dos Santos Rebelo²

andressarebelo@ufgd.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-1873-5622>

Resumo:

Este artigo tem por objetivo compreender o que diz a literatura sobre as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas com alunos público da Educação Especial no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Trata-se de uma pesquisa de caráter estudo da arte em educação, na forma de revisão narrativa da literatura, com base em levantamento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), entre 2014 e 2024. Foram selecionados 10 trabalhos entre teses/dissertações e 12 artigos. Os resultados evidenciam avanços nas práticas colaborativas e personalizadas, mas também apontam lacunas significativas, como a ausência de estudos sobre o AEE ofertado em contextos específicos. Conclui-se que uma educação inclusiva efetiva exige políticas públicas contextualizadas, formação docente contínua e articulação entre ensino comum e AEE, reconhecendo a diversidade cultural como fator estruturante da inclusão.

Palavras-chave: Educação Especial. Práticas Pedagógicas Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado

Abstract

This article aims to understand what the literature says about inclusive teaching practices developed with students in Special Education in Specialized Educational Services (AEE). This is a study of art in education, in the form of a narrative

1. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Pantanal (UFMS/CPAN). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0818-4772> E-mail: danielle.sz.bn@gmail.com. Bolsista CAPES.

2. Doutora em Educação, mestre em Educação e graduação em Matemática-Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1873-5622>. E-mail: andressarebelo@ufgd.edu.br.

review of the literature, based on a survey conducted in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), between 2014 and 2024. Ten works were selected from theses/dissertations Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and the Scientific Electronic Library Online (SciELO) between 2014 and 2024. Ten theses/dissertations and 12 articles were selected. The results show advances in collaborative and personalized practices, but also point to significant gaps, such as the absence of studies on AEE offered in specific contexts. It is concluded that effective inclusive education requires contextualized public policies, continuous teacher training, and coordination between regular education and AEE, recognizing cultural diversity as a structuring factor of inclusion.

Keywords: Special Education. Inclusive Teaching Practices. Specialized Educational Services.

Resumen

El objetivo de este artículo es comprender lo que dice la literatura sobre las prácticas pedagógicas inclusivas desarrolladas con alumnos del público de Educación Especial en la Atención Educativa Especializada (AEE). Se trata de una investigación de carácter estudio del arte en la educación, en forma de revisión narrativa de la literatura, basada en un estudio realizado en la Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) y en la Scientific Electronic Library Online (SciELO), entre 2014 y 2024. Se seleccionaron 10 trabajos entre tesis/dissertaciones y 12 artículos. Los resultados evidencian avances en las prácticas colaborativas y personalizadas, pero también señalan lagunas significativas, como la ausencia de estudios sobre la AEE ofrecida en contextos específicos. Se concluye que una educación inclusiva efectiva exige políticas públicas contextualizadas, formación docente continua y articulación entre la enseñanza común y la AEE, reconociendo la diversidad cultural como factor estructurante de la inclusión.

Palabras-clave: Educación especial. Prácticas pedagógicas inclusivas. Atención educativa especializada.

Introdução

A inclusão escolar, enquanto princípio norteador da educação contemporânea, tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente com o avanço das políticas públicas voltadas para a promoção de um atendimento educacional que respeite a diversidade de necessidades dos alunos. Nesse contexto, as práticas pedagógicas inclusivas e o atendimento educacional especializado emergem como temas centrais para garantir que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, possam acessar e participar de maneira significativa do processo educativo.

A partir da promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Brasil, 2008), o Brasil assumiu o compromisso de reorganizar suas estruturas educacionais de forma a garantir o direito à educação de todos os estudantes, especialmente aqueles que compõem o público da Educação Especial. No centro dessa política está o Atendimento Educacional Especializado (AEE), concebido como um serviço pedagógico voltado à eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação e outras condições específicas. O Decreto nº 7.611/2011 (Brasil, 2011) regulamentou o serviço como complementar ou suplementar à formação dos estudantes, realizado preferencialmente no contraturno e ofertado em salas de recursos multifuncionais.³

3. Recentemente, o Decreto nº 7.611/2011 foi revogado pelo Decreto nº 12.686/2025 (Brasil, 2025).



Segundo este decreto, o AEE deveria identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos (Brasil, 2011). No entanto, Kassir e Rebelo (2011) chamam a atenção para a permanência da lógica da separação no modo como se interpreta e se realiza a Educação Especial no Brasil. Para as autoras, “o uso do termo ‘especial’ continua a operar uma clivagem simbólica que demarca fronteiras entre os sujeitos e as práticas escolares” (Kassar; Rebelo, 2011, p. 218). Essa observação nos convida a refletir sobre a tensão entre a proposta inclusiva e a prática real das escolas.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, preveja, em seu artigo 58, §2º, que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (Brasil, 1996), observa-se um deslocamento conceitual com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Essa política atribui centralidade ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), orientando que sua oferta ocorra em articulação com o ensino comum, de forma complementar ou suplementar, e preferencialmente no contraturno, nas denominadas Salas de Recursos Multifuncionais. A proposta visa garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial, respeitando suas especificidades e assegurando a participação plena no ambiente escolar.

Nesse contexto, as práticas pedagógicas inclusivas se configuram como estratégias de ensino que consideram a diversidade como princípio, e não como exceção. São práticas que envolvem flexibilização curricular, uso de materiais acessíveis, tecnologia assistiva e planejamento colaborativo entre os docentes do ensino comum e do AEE.

Entre 2008 e 2024, observou-se uma expansão significativa na oferta do AEE nas escolas públicas brasileiras, impulsionada por políticas federais como o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, entre outros programas governamentais. De acordo com dados do Censo Escolar (Brasil, 2024), o número de estudantes público da Educação Especial matriculados em classes comuns passou de 375 mil, em 2008, para mais de 2 milhões em 2024, demonstrando a ampliação do seu acesso e participação.

No entanto, a consolidação do AEE como prática pedagógica inclusiva tem enfrentado limites importantes. Um deles é a formação insuficiente de professores, tanto no que se refere ao conhecimento específico da área, quanto à didática para trabalhar com a diversidade. Outro desafio está relacionado à organização das redes de ensino, que muitas vezes mantêm o Atendimento Educacional Especializado desarticulado do

projeto político-pedagógico da escola, tratando-o como um serviço paralelo. Mendes (2010) aponta que a eficácia do Atendimento Educacional Especializado depende da “compreensão de que ele integra o processo de escolarização, devendo dialogar com o currículo e com as práticas dos professores da sala comum” (Mendes, 2010, p. 85).

Nos anos seguintes, especialmente após 2016, com a retração de políticas públicas e a instabilidade institucional no âmbito federal, surgiram tensões em relação à continuidade dos princípios da inclusão. A publicação do Decreto nº 10.502/2020, que propôs uma nova Política Nacional de Educação Especial, reacendeu o debate sobre modelos segregacionistas. Em resposta, movimentos sociais, pesquisadores e órgãos públicos se posicionaram contra a tentativa de retrocesso. Mesmo diante desse cenário, diversas redes estaduais e municipais mantiveram alinhamento à política de inclusão, promovendo formações, avaliações dos estudantes e reestruturação curricular (Landim, 2022).

A investigação sobre práticas pedagógicas inclusivas no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem ganhado destaque nas produções acadêmicas brasileiras, refletindo o avanço das políticas de inclusão escolar e as demandas educacionais de grupos historicamente marginalizados. Considerando esse aspecto, este artigo tem por objetivo compreender o que diz a literatura sobre as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas com alunos público da Educação Especial no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Procedimentos Metodológicos

Este estudo configura-se como uma pesquisa do tipo **Estado da Arte**, que, conforme explicam Medeiros, Fortunato e Araújo (2023), diferencia-se de outras modalidades de investigação baseadas em levantamentos bibliográficos, como o *Estado do Conhecimento* e o *Estado da Questão*, por possibilitar uma leitura mais ampla, crítica e aprofundada da produção científica sobre determinado tema. Para os autores, esse tipo de estudo “se constitui também como um ‘espelho’ ou ‘mapa’ da produção do conhecimento ao alcance do pesquisador”, exigindo seu envolvimento em todas as etapas, desde a definição do tema até a socialização dos resultados. Considerando esses pressupostos, esta pesquisa caracteriza-se como uma **revisão narrativa da literatura**, realizada a partir de um levantamento na **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)** e na *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, abrangendo o período de **2014 a 2024**, no qual foram selecionados **10 trabalhos** entre teses e dissertações, além de **12 artigos científicos**.

A revisão narrativa da literatura segundo Mattar e Ramos (2021), configura-se como uma revisão não sistemática, frequentemente denominada também de revisão tradicional. Esse formato se distingue pela menor sistematização em comparação às



revisões sistemáticas, situando-se, portanto, em um polo do contínuo que representa os diferentes níveis de rigor metodológico na elaboração de revisões de literatura. Assim, após a realização de um levantamento bibliográfico, a revisão narrativa busca organizar, discutir e articular a produção acadêmica de forma mais interpretativa e reflexiva, permitindo ao pesquisador construir uma análise ampla sobre o tema investigado, ainda que sem os critérios rigorosos de seleção e análise característicos de revisões sistemáticas.

Realizamos uma busca inicial no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) em novembro de 2024. Para a busca, foi utilizado o descritor (palavra-chave): “práticas pedagógicas inclusivas atendimento educacional especializado”. Nesse levantamento, foram identificados 327 trabalhos, abrangendo teses e dissertações que discutem a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e os desafios relacionados ao AEE em diferentes contextos.

Com o objetivo de refinar a análise e explorar as produções mais recentes, uma segunda busca foi conduzida aplicando o filtro temporal dos últimos dez anos (2014-2024). Essa delimitação resultou na seleção de 160 trabalhos, que representam o debate contemporâneo sobre o tema e apontam para tendências recentes no campo, como o papel das políticas públicas, a formação docente e as estratégias pedagógicas inovadoras no AEE. Desses 160 trabalhos, foram selecionados apenas 10, que tinham relação com o objetivo desta pesquisa.

Com base nos resultados da pesquisa realizada na plataforma SciELO Brasil, utilizando o descritor (palavra-chave) “práticas pedagógicas inclusivas”, foram encontrados 23 trabalhos publicados. Contudo, ao aplicar o filtro de publicações entre 2014 e 2024, restaram 16 estudos, dos quais apenas quatro foram selecionados por apresentarem relevância para a pesquisa em questão. Por outro lado, o descritor (palavra-chave) “Atendimento Educacional Especializado” gerou um total de 69 trabalhos, evidenciando um volume significativo de pesquisas voltadas para a compreensão e aprimoramento das estratégias de apoio a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Após a filtragem para o período de 2014 a 2024, foram mantidos 59 estudos e somente 12 foram analisados por apresentarem relevância para esta pesquisa.

Levantamento de publicações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

A investigação sobre práticas pedagógicas inclusivas no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem ganhado destaque nas produções acadêmicas

brasileiras, refletindo o avanço das políticas de inclusão e as demandas educacionais de grupos historicamente marginalizados.

A seleção de pesquisas refletiu a complexidade e a multiplicidade de abordagens sobre práticas pedagógicas inclusivas no AEE, sendo fundamental para mapear as contribuições teóricas e práticas que fundamentam esta pesquisa. Além disso, permite identificar lacunas e possibilidades de ampliação no debate, reforçando a necessidade de consolidar práticas inclusivas efetivas que promovam o direito à educação para todos.

No primeiro quadro que será apresentado a seguir, podemos verificar os 10 trabalhos (três teses e sete dissertações) selecionados na BDTD, separados por autor/ano, título, tipo (tese/dissertação), palavras-chave e objetivo.

Quadro1 - Teses e dissertações publicadas na BDTD sobre práticas pedagógicas inclusivas no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), entre 2014 e 2024

Autor / Ano	Título	Tipo	Palavras-chave	Objetivo
Albuquerque (2014)	Prática pedagógica inclusiva: um estudo de caso em escola com atendimento educacional especializado (AEE) em Jaboatão dos Guararapes - PE.	Tese	Prática Pedagógica inclusiva, Aluno com deficiência, Atendimento educacional especializado (AEE) Escola Regular.	Analisar a prática pedagógica inclusiva no interior da rede pública municipal de ensino do Jaboatão dos Guararapes, focalizando o potencial inclusivo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no espaço da escola regular.
Lima (2020)	O Atendimento educacional especializado no município de Mossoró/RN: entre saberes e práticas	Dissertação	Atendimento Educacional Especializado. Inclusão. Práticas pedagógicas. Narrativas de professoras do AEE.	Analisar saberes e práticas que são mobilizados pelos(as) professores(as) que atuam no Atendimento Educacional Especializado no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte
Silva (2020)	Políticas de formação continuada de professores do atendimento educacional especializado (AEE) em Quirinópolis/GO- 2017/ 2019.	Dissertação	Políticas Públicas. Atendimento Educacional Especializado. Formação Continuada. Educação Especial. Educação Inclusiva	Políticas de Formação Continuada de Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), em Quirinópolis-Go de 2017 a 2019. Apresentou como recorte, dois cursos, "Diretrizes e Reflexão das Práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva (2017)" e "As novas práticas pedagógicas na Perspectiva da Inclusão Escolar (2018)", com o objetivo de analisar as implicações/repercussões, nas percepções/concepções dos professores, egressos dessa formação continuada em relação ao AEE das escolas públicas no município.
Silva (2022)	Atendimento Educacional Especializado em uma rede municipal nas vozes dos seus protagonistas	Tese	Educação especial. Educação do campo. Sala de recursos multifuncional. Filosofia da Diferença.	Desvendar a partir da análise dos dispositivos legais federais e municipais implantados por esta política, características de generalização deste serviço, que foca na diversidade e não na multiplicidade e identificar nas vozes dos envolvidos neste processo (professores de sala de recursos, professores regulares e gestão escolar) como é a atuação do AEE nas práticas pedagógicas, a partir das condições materiais, culturais e humanas presentes no lócus de estudo
Rosa (2022)	Práticas pedagógicas articuladas entre ensino comum e educação especial: possibilidades de acesso ao currículo.	Tese	Educação Especial, Educação Inclusiva, Práticas pedagógicas, articulação pedagógica, Acessibilidade curricular.	Conhecer a organização das práticas pedagógicas em educação especial, refletindo sobre os processos de articulação e colaboração na escola como possibilidade de proporcionar acessibilidade curricular.

Carmo (2022)	Articulação entre professores da classe regular e do atendimento educacional especializado por meio da formação continuada.	Dissertação	Educação Inclusiva. Formação Continuada. Atendimento Educacional Especializado.	A formação continuada de professores, tendo como tema a educação especial na perspectiva inclusiva. O objetivo consiste em investigar as contribuições da formação continuada na articulação do trabalho pedagógico dos professores da classe regular e do atendimento educacional especializado para potencialização de práticas inclusivas no contexto escolar em uma instituição pública da cidade de Ponta Grossa/PR.
Follmann (2022)	SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS: uma revisão integrativa a partir de Teses e Dissertações	Dissertação	Sala de Recursos; Atendimento Educacional Especializado; Educação Inclusiva	Realizar uma revisão integrativa da produção científica em teses e dissertações produzidas no Brasil que tratam do assunto "Sala de Recursos" de forma a caracterizar a pesquisa acadêmica em relação às temáticas e objetivos predominantes.
Trovo (2023)	Articulação do trabalho pedagógico do Atendimento Educacional Especializado com o ensino regular na rede Municipal de Corumbá (MS)	Dissertação	Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Professor Regente. Trabalho Colaborativo	Compreender como ocorre a articulação do trabalho pedagógico do Atendimento Educacional Especializado com o trabalho pedagógico dos professores do ensino regular dos alunos na rede municipal de Corumbá (MS).
Perez (2024)	Atendimento Educacional Especializado na rede municipal de ensino paulista - características do professor, práticas pedagógicas e relações com a autoeficácia docente.	Dissertação	Sala de Recursos; Atendimento Educacional Especializado; Educação Inclusiva.	Caracterizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), descrevendo o perfil acadêmico dos professores, suas práticas pedagógicas, barreiras que dificultam o trabalho, senso de autoeficácia para práticas inclusivas e suas relações com perfil dos estudantes público do AEE.
Martins (2024)	Educação especial: uma análise das práticas pedagógicas e percepções de autoeficácia dos professores regulares sobre seus alunos com deficiência	Dissertação	Práticas pedagógicas, Educação Especial, Inclusão, Ensino Regular	Compreender a percepção dos professores do ensino fundamental I sobre alunos com deficiência na sala regular, incluídos no Atendimento Educacional Especializado (AEE), e caracterizar, tanto tais professores quanto os referidos alunos.

Fonte: Elaboração própria

Silva (2022) indica uma abordagem generalista nos dispositivos legais sobre os serviços e atribuições dos professores de Educação Especial. Diferenças entre escolas urbanas e do campo e o distanciamento entre professores de Educação Especial e da sala regular foram destacados. A análise sugere repensar práticas inclusivas com foco na multiplicidade, reconhecendo a singularidade das pessoas com deficiência além das normas estabelecidas.

Rosa (2022) evidencia que as práticas pedagógicas na Educação Especial são centradas em salas de recursos, frequentemente substituindo o ensino regular e promovendo a diferenciação curricular. O acesso ao currículo é limitado por fatores intrínsecos aos alunos e pela abordagem tradicional dos professores, reforçando a separação entre ensino comum e Educação Especial. Práticas pedagógicas articuladas e colaborativas são destacadas como essenciais para garantir a acessibilidade

curricular e superar barreiras históricas que prejudicam a escolarização de estudantes da Educação Especial.

Albuquerque (2014) revela que as práticas consideradas “inclusivas” frequentemente reproduzem modelos tradicionais da Educação Especial, marcados pela perspectiva médica da deficiência, pela psicologia psicométrica classificatória e pela pedagogia terapêutica, focadas nas supostas limitações dos sujeitos. Observa-se que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem se caracterizado por práticas burocratizadas, isoladas e improvisadas. Além disso, identificou-se uma discrepância entre as políticas públicas, que propõem diretrizes inclusivas, e a efetivação dessas práticas na realidade escolar, evidenciando que a pedagogia inclusiva, no caso analisado, não atingia plenamente seus objetivos.

Carmo (2022) destaca desafios e potencialidades das práticas inclusivas. Entre os aspectos positivos, sobressaem a importância da formação continuada em serviço e o trabalho colaborativo entre professores comuns e especializados. Por outro lado, como desafios, identificam-se a carência de recursos físicos e humanos, a falta de articulação pedagógica entre professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e comuns, além da necessidade de fortalecer a formação continuada para promover uma colaboração mais efetiva no ambiente escolar.

Silva (2020) aponta que as práticas discursivas na Educação Especial refletem uma perspectiva de controle e exceção, influenciada pelas orientações dos setores reguladores do Estado. Apesar das propostas legislativas voltadas à inclusão escolar, o modelo de segregação ainda persiste, muitas vezes permanecendo no imaginário dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), em vez de se concretizar na prática escolar outras possibilidades de atendimento. Há o risco de retrocessos caso a luta por uma educação inclusiva perca força, reforçando a necessidade de cursos de formação que promovam autonomia e independência para os sujeitos. Constatou-se a importância de superar a busca pela normalização e adotar uma postura reflexiva contínua sobre a prática pedagógica, reconhecendo as diferenças como fundamentais para uma educação inclusiva e transformadora.

Lima (2020) assinala que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) promove acessibilidade, reconhecendo os estudantes como sujeitos capazes, com potencial para aprender quando lhes são oferecidas condições adequadas. Práticas colaborativas destacam a interação significativa entre sujeitos, baseada no respeito mútuo entre saberes e práticas pedagógicas. Estratégias inter e transdisciplinares são fundamentais para garantir acessibilidade na sala comum/regular e fomentar empatia entre os demais alunos no convívio com as diferenças. Os materiais pedagógicos são desenvolvidos de forma personalizada, atendendo às necessidades e interesses dos alunos, dando sentido às aprendizagens. A partir de quatro eixos de análise – ensino especializado,

construção de recursos pedagógicos, avaliação da aprendizagem e narrativas transformadoras – identificou-se que ouvir e atender às necessidades dos estudantes da Educação Especial é um compromisso político essencial para todos os educadores.

Follmann (2022), em sua análise da literatura sobre a sala de recursos multifuncionais, trouxe como resultado a classificação dos trabalhos em cinco categorias principais: Estudantes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), Políticas Educacionais, Formação Docente, Interação e Recursos Pedagógicos. Destacou-se a predominância de estudos sobre o aluno incluso (termo usado pelo autor) (42%), seguidos por temas relacionados às políticas educacionais inclusivas (32%). As demais categorias, representando 26%, ressaltam a necessidade de conhecimentos específicos e a relevância do papel dos professores, tanto da sala comum/regular quanto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e da equipe pedagógica no desenvolvimento de práticas adequadas. A revisão integrativa contribuiu para mapear os interesses predominantes nas pesquisas, apresentando um panorama atualizado, identificando lacunas relacionadas às Salas de Recursos Multifuncionais.

Perez (2024) e Martins (2024) sinalizam que professores com mais formação, experiência e idade apresentam maior senso de autoeficácia, alinhando-se a estudos internacionais, porém Martins (2024) mostra que o sexo feminino é predominante, tem formação em Pedagogia, possui pós-graduação *lato sensu* e estão na faixa etária entre 40 e 49. A colaboração entre docentes mostrou-se positiva para a autoeficácia, apontando novas possibilidades para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), além do contraturno. O perfil dos estudantes revelou uma predominância de casos de TEA e maior eficácia docente com alunos mais velhos e com maior frequência às salas de recursos multifuncionais; Martins (2024) identificou que os alunos são em sua maioria do sexo masculino. Apontam que se identificaram barreiras à inclusão, como falta de recursos humanos, especialização pedagógica e barreiras atitudinais da equipe, que impactam negativamente a autoeficácia docente. O estudo de Perez (2024) e Martins (2024) destacam aspectos que demandam atenção nas políticas públicas educacionais para melhorar a qualificação docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Trovo (2023) aponta a ausência de uma sistematização para favorecer a articulação entre o trabalho dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e dos regentes, prejudicada também pela descontinuidade das políticas educacionais. O trabalho colaborativo é reconhecido como essencial, mas enfrenta desafios relacionados ao tempo e à construção de relações de confiança. Apesar de ambos os professores identificarem a importância de práticas inovadoras para o aprendizado dos alunos público da Educação Especial, a aplicação dessas práticas de forma generalizada ainda é limitada. O planejamento colaborativo, a comunicação constante, a formação continuada, o uso de recursos tecnológicos e a avaliação conjunta são apontados

como estratégias fundamentais para a aprendizagem inclusiva. A articulação entre professores da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e do ensino comum, embora desafiadora, é essencial para assegurar uma educação inclusiva e de qualidade.

A análise dos trabalhos disponíveis na BDTD revela os avanços, desafios e lacunas significativas nas práticas pedagógicas inclusivas e no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os estudos destacam a relevância do planejamento colaborativo, formação continuada e práticas pedagógicas inovadoras para a inclusão de estudantes público da Educação Especial, também evidenciam a persistência de barreiras estruturais, como a desarticulação entre professores de AEE e regentes, a carência de recursos humanos e materiais, além de práticas pedagógicas centradas em modelos tradicionais e segregadores.

Embora os dispositivos legais brasileiros enfatizem a inclusão, conforme Silva (2022), as orientações gerais muitas vezes não se concretizam em ações práticas, especialmente nas escolas urbanas e do campo, onde as diferenças de contexto acentuam as desigualdades. Rosa (2022) e Albuquerque (2014) indicam que a separação entre o ensino regular e o especializado continua a limitar o acesso ao currículo, e que práticas pedagógicas burocratizadas ou isoladas ainda predominam, reforçando a segregação em vez da inclusão.

Lima (2020) destaca avanços em práticas colaborativas e na personalização de materiais pedagógicos, ressaltando a importância da escuta ativa e do respeito às singularidades dos estudantes, mas evidencia que esses avanços ainda dependem do compromisso político de todos os educadores. Além disso, a ausência de pesquisas abordando práticas inclusivas com estudantes migrantes expõe uma lacuna crítica na literatura, considerando o crescente fluxo migratório no Brasil e a necessidade de adaptações específicas para esse público.

Os trabalhos analisados silenciam, em geral, sobre a integração de práticas inclusivas em contextos interculturais e sobre as especificidades do processo de inclusão de alunos público da Educação Especial em alguns contextos específicos (estudantes público da Educação Especial, mas que também são migrantes, por exemplo). No entanto, possuem maior relevância ao indicar a importância de superar o modelo de normalização dos estudantes e ao destacar a necessidade de estratégias interdisciplinares e colaborativas para promover a autonomia e independência dos sujeitos.

A revisão reforça que práticas pedagógicas inclusivas precisam ser constantemente repensadas para atender à multiplicidade dos sujeitos, considerando suas singularidades além das normativas. A articulação entre os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do ensino regular deve ser fortalecida, e políticas públicas devem priorizar o combate às barreiras atitudinais e o fomento de formações mais contextualizadas e especializadas. Assim, conclui-se que uma educação inclusiva

efetiva requer uma mudança estrutural e cultural, promovendo o encontro genuíno com a diferença e a valorização das singularidades no espaço escolar.

Levantamento de publicações no SciELO

O Quadro 2 a seguir apresenta os trabalhos selecionados em periódicos, a partir da palavra-chave “práticas pedagógicas inclusivas” entre 2014 e 2024.

Quadro 2: Trabalhos selecionados no SciELO, a partir da palavra-chave “práticas pedagógicas inclusivas” entre 2014 e 2024

Autor /Ano	Título	Revista
Ingles <i>et al.</i> (2014)	Revisão sistemática acerca das políticas de educação inclusiva para a formação de professores	Revista Brasileira de Educação Especial
Baptista; Viegas (2016)	Reconfiguração da Educação Especial: Análise Constituição de um Centro de Atendimento Educacional Especializado.	Revista Brasileira de Educação Especial
Pasian; Mendes; Cia (2017)	Aspectos da organização e o funcionamento do atendimento educacional especializado: um estudo em larga escala.	Educação em Revista
Santos <i>et al.</i> (2017)	Atendimento Educacional Especializado: Reflexões sobre a Demanda de Alunos Matriculados e a Oferta de Salas de Recursos Multifuncionais na Rede Municipal de Manaus-AM	Revista Brasileira de Educação Especial
Seabra; Lacerda (2017)	Atendimento Educacional Especializado: planejamento e uso do recurso pedagógico.	Revista Brasileira de Educação
Franco; Schutz (2019)	Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado	Saúde em Debate
Pinto; Amaral (2019)	Formação docente continuada e práticas de ensino no atendimento educacional especializado	Pro. posições
Salvini <i>et al.</i> (2019)	Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial	Estudos Econômicos
Vieira <i>et al.</i> (2020)	As contribuições de Meirieu para a formação continuada de professores e a adoção de práticas pedagógicas inclusivas	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
Cubas (2022)	Prática pedagógica inclusiva	Horizontes Revista de Investigación en Ciencias de la Educación
Figueiredo; Silva (2022)	Desafios do Fazer Docente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)	Psicologia: Ciência e Profissão
Fonseca <i>et al.</i> (2022)	Formas de Avaliação e de Intervenção com Pessoas com Deficiência Intelectual nas Escolas	Revista Brasileira de Educação Especial

Fonte: Elaboração própria.

Ingles *et al.* (2014) destacam a urgência da disseminação do tema da educação inclusiva, enfatizando o papel crucial da atuação docente nesse contexto. A literatura existente sugere que, apesar da implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão, a sua efetivação nas práticas pedagógicas ainda é um desafio significativo.

Vieira *et al.* (2020) revelam a importância dos momentos de formação continuada como catalisadores para a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas. Esses espaços são descritos como oportunidades valiosas para problematizar a utilização de laudos

médicos, que muitas vezes são utilizados de forma a rotular os alunos, classificando-os como não aptos à aprendizagem. Essa rotulação não apenas estigmatiza os alunos, mas também pode levar à negação de seu direito à educação, uma questão que deve ser abordada com urgência.

Cubas (2022) destaca a importância de refletir sobre os pontos fortes dos professores, das equipes de gestão, da mídia e dos materiais didáticos. Essa reflexão é fundamental para identificar estratégias que possam ser potencializadas, visando obter resultados que atendam às expectativas de aprendizagem de alunos inclusivos. O envolvimento de todos os atores educacionais é vital para criar um ambiente de aprendizagem que valorize a diversidade e promova a equidade.

Fonseca *et al.* (2022) assinalam que, de modo geral, as escolas têm avançado na implementação de práticas inclusivas, conforme orientado pelas políticas públicas. Contudo, observa-se que a avaliação do comportamento adaptativo, embora presente nas instituições, nem sempre é realizada de maneira sistemática, o que indica uma falta de uniformidade e organização nesse processo. Além disso, um dos pontos críticos identificados foi a necessidade de repensar as práticas pedagógicas, que muitas vezes ainda se baseiam no modelo individual da deficiência, focando em uma abordagem mais centrada nas limitações do estudante do que em suas potencialidades.

Baptista e Viegas (2016) revelam que a reconfiguração da Educação Especial na rede municipal de ensino foi impulsionada pela obrigatoriedade da dupla matrícula, um argumento legal que garantiu a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares. Esse movimento reflete uma tentativa de universalizar o acesso à escolarização, promovendo a obrigatoriedade da presença dos estudantes com deficiência nas classes comuns, ao mesmo tempo em que se preserva a oferta de apoio especializado.

Pasian; Mendes; Cia (2017) indicam alguns desafios recorrentes na implementação do Atendimento Educacional Especializado, como a dificuldade de atender os alunos em horários opostos às aulas regulares, o que prejudica a continuidade do processo educativo. Além disso, foi identificada a insuficiência no número de SRM em algumas regiões, o que limita a cobertura e a eficácia do atendimento especializado. Outro ponto importante foi a percepção de que há uma grande necessidade de apoio de outros profissionais, como psicólogos e fonoaudiólogos, para complementar o atendimento e garantir uma educação mais inclusiva e eficaz para os alunos com deficiência.

Santos *et al.* (2017) apontam uma preocupação significativa com a infraestrutura do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas redes municipais de ensino. Os dados indicam que o número de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) implementadas no período de 2014 a 2016 tem sido insuficiente para acompanhar o

aumento das matrículas de alunos do público da Educação Especial no ensino regular. Essa escassez de SRM reflete um desafio estrutural, que compromete a capacidade de atendimento adequado e de qualidade para os alunos com deficiência. A pesquisa apontou um déficit estimado de 30 SRM, o que evidencia uma lacuna considerável entre a demanda crescente e a oferta de recursos especializados.

Seabra e Lacerda (2017) afirmam que, embora os professores sigam as etapas delineadas pelo fluxograma proposto para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), suas práticas docentes não se limitam apenas a essas etapas, refletindo uma abordagem mais flexível e adaptada às realidades da sala de aula. Os professores demonstram preocupações em diversas áreas, como a importância do trabalho colaborativo, a invisibilidade do uso de tecnologias assistivas e a constante necessidade de compreender o universo dos alunos. Essas questões apontam para uma prática docente que vai além do cumprimento de procedimentos, envolvendo uma reflexão contínua sobre as condições e necessidades dos estudantes. Destaca-se também a importância do acompanhamento do uso de recursos no ambiente escolar, sugerindo que o simples fornecimento de ferramentas não é suficiente, sendo necessário um monitoramento constante para garantir sua efetividade.

Franco e Schutz (2019) identificam que a análise da legislação pertinente ao tema revela que, de acordo com o sistema educacional inclusivo estabelecido pela Constituição brasileira, não há previsão para ambientes segregados ou salas especiais. Em vez disso, a legislação estabelece que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, devem frequentar o ensino regular, com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) sendo oferecido de forma complementar, em turno contrário ao da escolarização regular. Isso reflete um compromisso com a inclusão, reconhecendo a necessidade de adaptações que considerem as especificidades de cada estudante.

Pinto e Amaral (2019) sugerem que para a efetivação de uma educação inclusiva e de qualidade, é essencial que os professores possuam uma formação teórica sólida e um engajamento político mais aprofundado. Isso se deve ao fato de que, ao entenderem claramente os fundamentos que sustentam suas práticas pedagógicas, os docentes não apenas aprimoram suas estratégias de ensino, mas também se tornam agentes ativos na defesa do direito à educação para todos os alunos.

Salvini *et al.* (2019) indicam em seu contexto de investigação a redução dos anos de defasagem escolar entre dez grupos de deficiência, com um destaque especial para os alunos com surdez. Mesmo diante dos desafios enfrentados tanto pelos estudantes quanto pelos profissionais envolvidos no Atendimento Educacional Especializado (AEE), os resultados são positivos. No entanto, o estudo também aponta que, ainda há

impasses que precisam ser superados, seja em termos de adaptação das metodologias ou na superação de dificuldades estruturais e pedagógicas.

Figueiredo e Silva (2022) revelam que as docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) enfrentam um cenário desafiador, onde há uma discrepância significativa entre o que é prescrito nas normativas educacionais e a realidade vivenciada no cotidiano escolar. Essas profissionais, diante das dificuldades e da sobrecarga organizacional, se “desdobram” para atender às demandas do Atendimento Educacional Especializado, o que implica em um esforço constante para contornar as limitações estruturais e pedagógicas. O estudo aponta que esse contexto de trabalho resulta em sofrimento psíquico, com algumas docentes experienciando sérios impactos emocionais, caracterizados por estresse e desgaste psicológico, que, em casos mais extremos, levam à decisão de abandonar a função.

A revisão de literatura no SciELO, que abrange diversos estudos sobre a implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as práticas inclusivas nas escolas, evidencia tanto os desafios quanto os avanços no contexto da educação inclusiva no Brasil. A pesquisa de Baptista e Viegas (2016) destaca a obrigatoriedade da dupla matrícula como um marco legal que tem impulsionado a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, promovendo a escolarização desses estudantes nas classes comuns, com o suporte especializado necessário. No entanto, essa reconfiguração tem enfrentado dificuldades práticas, como apontado por Pasian; Mendes; Cia (2017) que identificaram problemas relacionados à organização do trabalho e à falta de infraestrutura adequada, como o número insuficiente de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) para atender à crescente demanda de matrículas de alunos com deficiência.

Os estudos de Santos *et al.* (2017) e Seabra e Lacerda (2017) complementam essa visão, evidenciando as limitações estruturais do AEE e a necessidade de adequações mais flexíveis nas práticas pedagógicas. Embora os professores sigam os fluxos prescritos, suas práticas vão além, adaptando-se às necessidades dos alunos e enfrentando desafios como a falta de recursos adequados e a invisibilidade de tecnologias assistivas. A análise legislativa de Franco e Schutz (2019) confirma a orientação para a inclusão, mas também revela a necessidade de mais recursos e apoio especializado para garantir a efetividade do AEE.

Além disso, os estudos apontam a importância da formação teórica e do engajamento político dos professores, como sugerido por Pinto e Amaral (2019), para que possam defender de maneira mais sólida o direito à educação inclusiva e contribuir para a melhoria contínua do sistema educacional. A pesquisa de Salvini *et al.* (2019),

revela que, apesar das dificuldades, há avanços na aprendizagem dos alunos com deficiência, como os surdos, indicando estratégias de apoio com resultados positivos.

Em síntese, a revisão de literatura evidencia tanto os avanços na inclusão escolar de alunos com deficiência quanto os desafios persistentes, especialmente no que diz respeito à infraestrutura, à formação docente e ao apoio especializado. A busca por uma educação inclusiva de qualidade demanda esforços contínuos e aperfeiçoamento, tanto na prática pedagógica quanto nas políticas públicas e organização do trabalho nas escolas.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo compreender o que diz a literatura sobre as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas com alunos público da Educação Especial no AEE, a partir de uma revisão narrativa da literatura, com base em levantamento realizado na plataforma BDTD e no catálogo de busca SciELO entre 2014 e 2024.

Os resultados evidenciam avanços nas práticas colaborativas e personalizadas, mas também apontam lacunas significativas, como a ausência de estudos sobre grupos específicos de estudantes. Conclui-se que uma educação inclusiva efetiva exige políticas públicas contextualizadas, formação docente contínua e articulação entre ensino comum e AEE, reconhecendo a diversidade cultural como fator estruturante da inclusão escolar.

Ao longo dos últimos vinte anos, o Atendimento Educacional Especializado tem se constituído uma das principais estratégias da política de inclusão no Brasil. Desde 2008, ele tem sido progressivamente reconhecido como um direito educacional e um componente essencial das práticas pedagógicas inclusivas. Contudo, sua efetividade depende da articulação com o ensino comum, da formação contínua dos professores, e da transformação das concepções pedagógicas que sustentam o cotidiano escolar. Nesse sentido, o AEE deve continuar sendo fortalecido como espaço de apoio pedagógico, mas também como espaço político de afirmação do direito à educação para todos e todas.

A revisão de literatura indica avanços na educação inclusiva, mas evidencia lacunas quanto à integração de práticas em contextos interculturais, especialmente envolvendo estudantes da Educação Especial. Os estudos ressaltam a necessidade de superar o modelo de normalização, fortalecer a articulação entre AEE e ensino regular e investir em estratégias interdisciplinares, colaborativas e formações docentes contextualizadas. Conclui-se que uma inclusão efetiva requer mudanças estruturais e culturais que valorizem as singularidades e promovam a diversidade no espaço escolar.

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva passa pelo reconhecimento da pluralidade e pelo compromisso político com a equidade. A lacuna identificada na literatura quanto à inclusão de estudantes migrantes, entre outras características específicas, evidencia a urgência de mais pesquisas e práticas voltadas a essa população.

Referências

ALBUQUERQUE, E. R. **Prática Pedagógica Inclusiva: Um estudo de caso em escola com atendimento educacional especializado (AEE) Em Jaboatão Dos Guararapes-PE.** 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12988>. Acesso em: 04 Nov. 2024

BAPTISTA, C. R.; VIEGAS, L.T. Reconfiguração da Educação Especial: Análise Constituição de um Centro de Atendimento Educacional Especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília 22 (3) Jul-Sep 2016. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000300009> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/qHGvFNccTynQ9c3SY6RrwVD/abstract/?lang=pt> Acesso em: 29 Abr. 2025

BRASIL. **Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 05 jan. 2024

BRASIL. MEC. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 03 Ago. 2023.

BRASIL, **Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011.** Institui o atendimento educacional especializado. Brasília: Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 17 Set. 2024.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2024.** Brasília: INEP. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2024.pdf Acessado em: 30 Abr.2025

CARMO, S. F. T. **Articulação entre professores da classe regular e do Atendimento Educacional Especializado por meio da formação continuada.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3803>. Acesso em: 07 Nov. 2024.

CUBAS, J.A.V. **Prática pedagógica inclusiva.** **Horizontes Rev. Inv. Cs. Edu. [online].** 2022, vol.6, n.26, pp.2151-2168. Epub 23-Nov-2022. ISSN 2616-7964. <https://doi.org/10.33996/revistahorizontes.v6i26.481>. Disponível em: http://www.scielo.org/bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S261679642022000502151&lang=pt Acesso em: 30 Mar. 2025

FIGUEIREDO, S. L.; SILVA, E. F. Desafios do Fazer Docente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, 2022 v. 42, e230191, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230191> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/JGSqGrJMtPQHcF97NB3Tzg/> Acesso em: 30 Abr. 2025

FOLLMANN, L. **Salas De Recursos Multifuncionais: Uma revisão integrativa a partir de teses e dissertações.** 2022. Orientador: Reginaldo A. Zara, 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2022. 97f. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6485>. Acesso em: 05 Nov. 2024.



FONSECA, S. C., et al. Formas de Avaliação e de Intervenção com Pessoas com Deficiência Intelectual nas Escolas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Corumbá, v.28, e0032, p.433-452, 2022. <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0032> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/gnRr9tJ6CtpzKMcVniM5YBd/?lang=pt> Acesso em: 01 Abr. 2025

FRANCO, A. M. S. L.; SCHUTZ, G. E. Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. *Revista Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, V. 43, N. ESPECIAL 4, P. 244-255, DEZ 2019. [Doi.org/10.1590/0103-11042019S420](https://doi.org/10.1590/0103-11042019S420). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/F9Tb3pwLq8vFDm3yzhndFg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 Abr. 2025

INGLES, M. A. et al. Revisão sistemática acerca das políticas de educação inclusiva para a formação de professores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 20, n. 3, p. 461-478, Jul.-Set., 2014. - <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000300011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/rpjjNBInCGs9XgDndrvKczk/?lang=pt>. Acesso em: 31 Mar. 2025

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S. O “especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial. VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Nova Almeida - Serra/ES de 11 a 13 de abril de 2011 realização UFES, UFGRS e UFScar. Disponível em: <https://ppee-es-cpan.ufms.br/wp-content/uploads/2015/02/M%C3%B4nica-Kassar-E-Andressa-Rebelo-SNPEE.pdf> Acesso em: 10 Abr. 2025

LANDIM, C. C. C. L.; REBELO, A. S. Aprendizagem ao longo da vida e suas nuances: fundamentos e decreto nº 10.502/2020. *Revista Teias*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 73, p. 18-30, 2023. DOI: 10.12957/teias.2024.73909. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/73909>. Acesso em: 30 Abr. 2025.

LIMA, M.A.D. **O Atendimento Educacional Especializado No Município De Mossoró/RN: Entre Saberes E Práticas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Federal Rural do Semiárido, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/5887> Acesso em: 06 Nov. 2024

MATTAR, J; RAMOS, D. K. **Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. Ebook. ISBN 9786586618518. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618518> Acesso em: 25 Set. 2025

MEDEIROS, E. A. de; FORTUNATO, I.; ARAÚJO, O. H. As pesquisas do tipo “estado da arte” em educação: sinalizações teórico-metodológicas. *Revista Internacional de Formação de Professores*, Itapetininga, v. 8, p. e023002, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/980>. Acesso em: 4 abr. 2026.

MENDES, E. G. *Educação Inclusiva: construindo sistemas educacionais para todos*. São Paulo: Loyola, 2010.

PASIAN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, F. Aspectos da organização e o funcionamento do atendimento educacional especializado: um estudo em larga escala. *Educação em Revista Belo Horizonte*, n.33 e 155866, 2017. <https://doi.org/10.1590/0102-4698155866>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/S3bw9vdchLpkJ8yTNGV5HcB/abstract/?lang=pt> Acesso em: 29 Abr. 2025

PINTO, G.U.; AMARAL, M.H. Formação docente continuada e práticas de ensino no atendimento educacional especializado. *Revista Pro. posições*. Campinas, SP V. 30 e20180032, 2019. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0032>

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/hRjmHBLWH7zkdNtCWVMysLD/> Acesso em: 28 Abr. 2025

SALVINI, R. R., et al. Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial. *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, vol.49 n.3,

p.539-568, jul.-set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/cPK5nWbDbfvn33T6tnqYYnh/?lang=pt>
Acesso em: 28 Abr. 2025

SANTOS, J. O. L., et al. Atendimento Educacional Especializado: Reflexões sobre a Demanda de Alunos Matriculados e a Oferta de Salas de Recursos Multifuncionais na Rede Municipal de Manaus-AM. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.23, n.3, p.409-422, Jul.-Set., 2017. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/3w9R6nQCwn7yZ8c5yJJSFLn/abstract/?lang=pt> Acesso em 30 Abr. 2025.

SEABRA, M. O.J.; LACERDA, L. C. Z. Atendimento Educacional Especializado: planejamento e uso do recurso pedagógico. *Revista Brasileira de Educação* v. 23 e230016, 2018. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230016> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NFhMmqS9SkJv7CN6vkMfNFJ/abstract/?lang=pt> Acesso em: 28 Abr. 2025

SILVA, D.S.F. Políticas De Formação Continuada De Professores Do Atendimento Educacional Especializado (AEE) Em Quirinópolis-GO - 2017/2019. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29874>. Acesso em: 04 Nov. 2024.

SILVA, D. T. P. Atendimento Educacional Especializado Em Uma Rede Municipal Nas Vozes Dos Seus Protagonistas. Tese (Doutorado em Educação) 2022. Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/236271>. Acesso em: 06 Nov. 2024.

TROVO, K.A.D. Articulação Do Trabalho Pedagógico Do Atendimento Educacional Especializado Com o Ensino Regular Na Rede Municipal De Corumbá (MS). 2023 Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6379>. Acesso em: 04 Nov. 2024

VIEIRA, A. B., et al As contribuições de Meirieu para a formação continuada de professores e a adoção de práticas pedagógicas inclusivas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília v. 101, n. 258, p. 503-522, 2020. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i258.4163> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/3tPfvYyxcZxkfz6mtPXcQr/?lang=pt> Acesso em: 30 Mar. 2025

